

AS INCURSÕES VIKINGS SOB UM NOVO OLHAR: PARA UMA ERA VIKING GLOBAL

VIKINGS RAIDS IN A NEW LIGHT: TOWARDS A GLOBAL VIKING AGE

*Caio de Amorim Féo*¹

Resumo: Nos últimos tempos, a História Global tem conquistado cada vez mais espaço nas análises historiográficas sobre as sociedades capitalistas. Contudo, sua utilidade como perspectiva histórica vem se demonstrando frutífera também para as sociedades pré-capitalistas, visto o crescimento de análises em torno de uma Idade Média Global. Nesse sentido, o artigo objetiva examinar a historiografia acerca das incursões vikings entre os séculos VIII e IX, enquadrando as sistemáticas expedições em múltiplas regiões do mundo como um sistema estruturante. Visa-se, portanto, estabelecer os parâmetros fundamentais de um projeto que se inicia, voltado à configuração de uma Era Viking Global, demonstrando como as incursões proporcionaram uma intensificação dos contatos e conexões da Escandinávia com o globo em níveis que só se revelam em sua amplitude sob uma escala interpretativa global.

Palavras-chave: História Medieval, Era Viking, Incursões, História Global, Escandinávia Medieval, Idade Média Global.

Abstract: In recent times, Global History has been gaining more and more space in historiographic analyzes of capitalist societies. However, its usefulness as a historical perspective has also proved to be fruitful for pre-capitalist societies, given the growth of analyzes around the Global Middle Ages. In this sense, the article aims to examine the historiography about the Viking incursions between the 8th and 9th centuries, framing systematic expeditions in multiple regions of the world as a structuring system. Therefore, the aim is to establish the fundamental parameters of a project that is beginning, aimed at the configuration of a Global Viking Age, demonstrating how the incursions provided an intensification of Scandinavia's contacts and connections with the globe at levels that are only revealed in its amplitude under a global interpretive scale.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH-UFF. Membro do laboratório *Translatio Studii - Núcleo Dimensões do Medievo* da Universidade Federal Fluminense. E-mail para contato: caiofeo@id.uff.br

Keywords: Medieval History, Viking Age, Raids, Global History, Medieval Scandinavia, Global Middle Ages.

Introdução

A História Global tem sido, sem dúvida, o principal prisma através do qual historiadores têm observado os mais diversos processos históricos nos últimos anos. Suas análises têm sido principalmente pautadas em assuntos relacionados ao desenvolvimento do capitalismo a partir do século XVI, ressoando as intrínsecas conexões em distintas partes do globo que proporcionaram seu desenvolvimento e progressiva hegemonia como sistema regulador das relações sociais em nível mundial.

Se a perspectiva global é enquadrada de forma adequada à análise das sociedades capitalistas, não é menos verdade que também pode sê-la para as sociedades pré-capitalistas. Recentemente, os estudos envolvendo a história global e o pré-capitalismo estão não apenas se proliferando como seus fecundos resultados têm chamado a atenção para a necessidade da ampliação dos estudos globais em relação às mais diversas temporalidades.

Nesse sentido, e na esteira dos trabalhos sobre a *Global Middle Ages* (Frankopan, 2019; Holmes; Standen, 2018; Moore, 2016), o presente artigo objetiva propor aos leitores os fundamentos básicos de uma pesquisa que se inicia, orientada à aplicação dos parâmetros da História Global² à abordagem da Era Viking, tecendo considerações em duas frentes. Na primeira, trata-se de estabelecer as configurações basilares dos estudos globais e algumas das mais recentes reflexões destes face ao medievo. Na segunda, propõe-se o estabelecimento das perspectivas essenciais à constituição de uma Era Viking Global, cujo enfoque centrar-se-ia nas incursões vikings iniciadas no século VIII levando-as em consideração como um sistema dada a recorrência do fenômeno ao longo do período.

Tendo em vista a vasta multiplicidade de variáveis passíveis de consideração em relação às expedições vikings e o limitado espaço de um artigo, nossas reflexões estarão

² Parte-se aqui da definição em CONRAD, Sebastian. *O que é História Global?* Porto: Edições 70, 2019.

pautadas fundamentalmente nos aspectos político-econômicos manifestados entre os séculos VIII e IX.

História Global e Idade Média

Antes de considerarmos as reflexões da abordagem global aplicada à Idade Média e de desenvolvermos nossa proposta de projetá-las à Era Viking, convém apresentarmos a nosso leitor os referenciais básicos que informam a História Global.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial o aprimoramento e intensificação das conexões pelo globo bem como as preocupações com o desencadear de novas guerras – que afetariam o mundo política, social e economicamente – estabeleceram um novo marco no desenvolvimento mundial, sendo refletido de inúmeras formas como através da mobilidade de pessoas, na intensificação de atividades comerciais, intelectuais e na fundação de organizações internacionais como a ONU e OMS. De semelhante forma, a atividade historiográfica, que vinha buscando aprimoramento através, por exemplo, dos procedimentos de análise crítica da Escola dos Annales, passava a atentar mais para os impactos de processos de larga escala na história. A escala em questão, no entanto, não se restringe a um sentido cronológico, mas também abarca espaços geográficos e processos que dizem respeito às mais variadas áreas da política, economia e cultura.

Além da superação dos métodos e balizamentos teóricos que informavam a historiografia do século XIX, a segunda metade do século XX marcou o despontar de uma nova escala de enquadramento da análise histórica que desafiaria o padrão, de todo modo predominante, do nacionalismo e das fronteiras nacionais.³ Na sua base, o desenvolvimento do fenômeno da globalização. Seguindo a definição de Bruce Mazlish⁴ de globalização,

³ Robert I. Moore afirma que o mundo se tornara muito diverso e dinâmico para ser entendido pela historiografia de até então, afirmando que o nascimento da História Mundial, por exemplo, em meados do século XX é fruto do “colapso de todo paradigma [histórico] alternativo.” (Moore, 2016, pp. 84-85, tradução nossa) “collapse of every alternative paradigm.”

⁴ O autor segue um debate suscitado internamente nas discussões acerca do processo de globalização atual através de suas manifestações anteriores, em que argumenta a ocorrência modificações importantes na globalização pós-1950 que se diferem significativamente do que tinha sido visto até então.

entendida como um conjunto de mudanças históricas que intensificam as relações de interdependência e interconectividade, a História centrada nos anseios nacionalistas limitava a compreensão histórica dos objetos de estudo por restringir – ou não considerar em toda a sua amplitude – os diversos contatos entre as civilizações ao longo do tempo (Mazlish, 2006, p. 1).

Apesar dos avanços, a historiografia do século XX – e também do século XXI – não conseguiu se desvencilhar da característica essencial da pesquisa histórica do período Oitocentista que restringia a investigação ao território do Estado-nação. Mais do que isso, a História no século XX, embora não mais alavancasse a bandeira do nacionalismo como outrora, carregou a mácula eurocêntrica ao definir a Europa como impulsionadora e parâmetro do desenvolvimento universal da história humana (Conrad, 2019, pp. 13-14).

Afim de superar o eurocentrismo, muitas correntes historiográficas se desenvolveram ao longo do século XX primando por analisar processos históricos em regiões até então pouco exploradas.⁵ A História Mundial definiu-se inicialmente como abordagem de qualquer objeto sob uma macro ótica – em sua expressão espaço temporal –, salientando fundamentalmente as “diferentes trajetórias das civilizações, cujas dinâmicas eram principalmente retratadas como geradas a partir de dentro” das próprias sociedades analisadas (Conrad, 2019, p. 82). A história desenvolvida por essa corrente tem por linhas gerais de configuração a articulação de diversas culturas através de suas múltiplas interações, considerando o resultado destas no tempo. Visa, portanto, o contato de sociedades e seus desdobramentos (Santos Pérez, 2016, p.17; Stearns, 2011, p.13). Embora direcione o olhar para fora do quadro da sociedade ocidental, a perspectiva proporciona novas descobertas que não dão dimensão apenas ao conhecimento de regiões pouco exploradas pela historiografia, mas também preenchem lacunas historiográficas que auxiliam o melhor entendimento da trajetória do próprio Ocidente (Stearns, 2011, pp. 1-2).

⁵ A título de exemplificação podemos salientar a História Transnacional, História Conectada e a própria reformulação atual da História Comparada.

Autores como Fernand Braudel⁶ e William McNeill⁷ desenvolveram estudos em que as fronteiras do Estado-nação foram superadas, sendo alguns dos pioneiros da perspectiva da História Mundial. Partem também de outro desdobramento da geração de historiadores do século XIX que, iniciado com Leopold von Ranke, pretenderam amplificar a precisão da análise histórica ampliando a sua base documental. Mas, diferentemente destes, os historiadores mundiais almejam alcançar a maior precisão justamente ao ampliar seu campo de visão e considerar outras regiões do mundo, o que alarga a gama de documentação analisada (Stearns, 2011, pp. 7-9). Esta visão ampliada das unidades de análise supõe que a concepção de que os resultados obtidos por tal procedimento analítico seriam superiores àqueles limitados aos estudos regionais, identificando-se, também, com o postulado da História Global (Santos Pérez, 2016, p. 20).

A definição de História Global é usualmente relacionada à importância dada às interconexões (Stearns, 2011, pp. 14-15) que ampliam o campo de visão do historiador sobre os movimentos históricos e, conseqüentemente, tende à não diferenciação da História Mundial. Contudo, o fator essencial de diferenciação entre as duas é que a História Mundial privilegia as interações entre diversas sociedades, enquanto que a História Global percebe o objeto inserido em um contexto global, compreendendo “a dimensão sistêmica do passado como o caráter estruturado das transformações sociais.” (Conrad, 2019, p. 90). Assim, o interesse pelas interconexões não resume a perspectiva analítica global, além de resultar no equívoco – da qual a História Mundial também está sujeita – de que a escala obrigatória das análises deve ser do tamanho do próprio mundo. Nas palavras de Conrad,

O objetivo não é o de escrever a história integral do planeta. É antes a procura de um modo de escrever história sobre espaços demarcados (ou seja, não «globais»), mas com a consciência da existência de conexões e de condições estruturais ao nível global. Muitos dos recentes estudos considerados importantes referências neste campo não cobrem mais do que duas ou três

⁶ Refere-se aqui à obra de maior impacto do autor BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 2^a ed. revista e aumentada. Paris: Armand Colin, 1966.

⁷ Apesar do autor possuir outros títulos importantes para o que se discute aqui, referimo-nos à obra MCNEILL, William. *The Rise of the West: A History of the Human Community*. Chicago: University of Chicago Press, 1963.

localizações. Ou seja, a história global não é sinónimo de macro-história. As questões mais interessantes nascem, frequentemente, da intersecção entre os processos globais e as suas manifestações locais (Conrad, 2019, p. 24).

Sendo assim, para a História Global as interações e conexões são tão somente o ponto de partida para a análise de um determinado processo histórico, pois nem toda conexão será crucial nos desdobramentos daquilo que é estudado, dependendo assim do grau e da qualidade das conexões e interações dos atores sociais. Dito de outro modo, não é porque se atestam conexões entre povos e culturas distintas que estas conexões serão fundamentais para o esclarecimento de qualquer processo, posto que seus impactos são variados (Conrad, 2019, pp. 20-24; 88).

A ênfase dada às conexões como resumo da abordagem global gera constantes equívocos acerca das correntes historiográficas que desafiaram a narrativa eurocêntrica. Além da confusão comum entre os conceitos de História Mundial e História Global vistos como nomenclaturas distintas que apresentam o mesmo significado geral (Stearns, 2011, pp. 14-15), outras correntes, como a História Conectada articulada por Sanjay Subrahmanyam, também recaem no mesmo engano. A questão geradora de tal confusão é que ambas as correntes rompem com a tradicional abordagem histórica limitada à circunscrição geográfica do Estado-nação. Contudo, se a definição de História Global está para além das conexões e a História Mundial tem por preocupação fundamental o contato e as interações entre as sociedades, a História Conectada permite rever a historicidade dos fenômenos por meio da investigação dos fluxos – sejam os de migração, metais preciosos ou mesmo de ideias –, e não de unidades fixas (Subrahmanyam, 1997, pp. 747-748).

Mas tais confusões e equívocos são apenas parte da névoa que ofusca a visão sobre os pressupostos da abordagem global. Metodologicamente também ocorrem equívocos sobre um dos pilares de sua análise: a escala. A definição da escala não está somente relacionada ao recorte espaço-temporal estabelecido pelo historiador, mas também na amplitude do fenômeno histórico analisado. Para compreender qualquer sistema social ao longo da história

em toda a sua complexidade, faz-se necessário considerá-lo em seus níveis sociais diversos⁸ (Escalona, 2011, p. 16).

Jan de Vries aponta que críticas são direcionadas à História Global por uma suposta omissão de agentes sociais graças à ampliação da escala. Uma das soluções propostas por essa crítica seria justamente a utilização conjunta entre a História Global e a Micro-História, “permitindo-nos observar o indivíduo em ação, mesmo em um cenário global.”⁹ (De Vries, 2019, p. 28, tradução nossa). O ajuste na escala de análise permitiria assim uma maior proximidade (Micro-História) ou afastamento (História Global), promovendo diversificadas perspectivas sobre um mesmo objeto.¹⁰ No entanto, tal movimento admitiria o objetivo de agregar conhecimento às histórias globais que a Micro-História não possui, pois “se houvesse uma estrutura teórica para esse fim, as micro-histórias seriam [apenas] 'estudos de caso'”¹¹ (De Vries, 2019, p. 29, tradução nossa).

Se ao ser empregada dessa forma a Micro-História perde autonomia enquanto perspectiva de análise histórica e é injustificada sobre seus pressupostos analíticos, não é menos verdade que o mesmo ocorra para a História Global. Os agentes históricos em todos os níveis não têm sua agência obscurecida pela análise em larga escala (De Vries, 2019, p. 29). Estudos de processos históricos que consideram tanto os contextos globais quanto suas manifestações locais definem e revelam a ação da integração estruturada do contexto em análise, superando os estudos das conexões e trazendo à tona a especificidade da História Global (Conrad, 2019,

⁸ Julio Escalona demonstra que a aplicação da escala para se entender a hierarquia de uma sociedade é necessária na medida que possibilita a aceção dos níveis variados das relações sociais. A título de ilustração, considerar o papel da aristocracia feudal na sociedade medieval demanda que ajustemos a escala visando as relações intra-aristocráticas e as inter-aristocráticas para apreender a totalidade do fenômeno.

⁹ “[...] allowing us to observe the individual in action, even on a global stage.”

¹⁰ De Vries apresenta a metáfora do zoom, em que o historiador ajustaria a resolução da visão que teria sobre determinado objeto. A crítica provém de autores como Giovanni Levi. Para mais, cf. LEVI, Giovanni. *Frail Frontiers? Past & Present*, Volume 242, Issue Supplement_14, November 2019, Pages 37–49.

¹¹ “[...] if there *were* a theoretical framework for this purpose, microhistories would be ‘case studies’”.

p. 87). É a partir deste prisma que o horizonte analítico se abre para temporalidades outras, como a Idade Média.

Na crítica ao eurocentrismo tão comum à historiografia ocidental, aquela dedicada ao período medieval talvez mereça um grande destaque. O conceito de “Idade Média” não costuma ser muito problematizado pelos pesquisadores, no sentido de que o utilizamos praticamente de forma natural. Seja nas pesquisas acadêmicas, seja nas salas de aula, nos referimos ao período entre os séculos V-XV com esse termo. Embora haja gradações como Alta Idade Média e Idade Média Tardia¹², o termo essencial dos conceitos permanece presente. A origem da palavra *medieval*, ademais, possui raízes essencialmente europeias ou em seu máximo alcance eurásianas, centralizando nestas regiões as discussões envolvendo as rupturas e continuidades dos períodos históricos anterior e posterior¹³ (Holmes; Standen, 2018, p. 19; Moore, 2016, p. 80).

As críticas relacionadas à historiografia dizem respeito, portanto, ao seu foco especificamente europeu, consistindo a História Medieval em uma “História da Europa” que exclui – ou estabelece subordinação sob – as interações com outras regiões do globo no mesmo período cronológico (Frankopan, 2019, p. 6; Silveira, 2020, p. 218). Mas, o eurocentrismo é capaz de promover, no interior de suas próprias fronteiras, prioridades artificiais tão explícitas quanto naturalizadas. Refiro-me às regiões internas à própria Europa que são consideradas como periféricas pela historiografia medieval tradicional. A Escandinávia, por exemplo, faz parte do continente europeu, mas somente nas últimas décadas é que vem ganhando maior atenção da historiografia no Brasil.

¹² Refiro-me à Early Middle Ages e Later Middle Ages, embora as traduções possam variar de acordo cada historiografia. Para um debate mais aprofundado, cf. MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. A Antiguidade Tardia, a queda do Império Romano e o debate sobre o “fim do mundo antigo.” *Revista de História* (São Paulo), n. 173, jul.-dez., 2015, pp. 81-114.

¹³ Trata-se de um período intermediário às duas temporalidades de maior “progresso” da civilização: Antiguidade e Renascimento (desta Antiguidade morta nos tempos medievais). Aline Dias da Silveira menciona que apesar das novas perspectivas sobre a Idade Média, ainda há “pouco debate para a descolonização europeia do conceito”. Silveira, 2020, pp.212-213

Romper com a visão eurocêntrica da História Medieval sem dúvida é um desafio maior do que parece. Admitir a Europa como centro de determinado fenômeno histórico não significa advogar uma história eurocêntrica, a menos que se suponha a não possibilidade da ocorrência de tal fenômeno em outro lugar por causa de uma presumida excepcionalidade europeia. Conrad já adverte que em muitos estudos dedicados a outras regiões, como os que enfatizam a Ásia, por exemplo, apesar dos resultados frutíferos, faz-se notar uma projeção de valores semelhantes aos da ortodoxia eurocêntrica, criando novos “centrismos”. É o que o autor chama de “eurocentrismo conceptual.” (Conrad, 2019, pp. 203-204).

Janet L. Abu-Lughod é uma das principais referências nos estudos que rebatem narrativas essencialmente eurocêntricas evitando as armadilhas mencionadas. Em seu livro, *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*, a autora analisa os conglomerados comerciais existentes entre os séculos XIII e XIV a partir da coexistência de múltiplos sistemas-mundo. As diversas redes comerciais de produção e troca existentes no período levam à percepção de uma Europa como periferia em comparação com outras regiões do globo (Abu-Lughod, 1989, p. 12).

A variação desses conglomerados comerciais é sensível internamente em cada uma delas pela coexistência de formações sociais distintas. Nas palavras de Abu-Lughod, encontram-se desde

“(…) centros de negócios monetizados, que já lucram com as trocas estrangeiras e já começam a moldar a produção em seu interior para exportação, a bolsões nas cordilheiras e vales mais deprimidos das montanhas, intocados pelas mudanças que estão ocorrendo. É por isso que escolhi focar nas **idades** e não nos países, pois quero traçar as conexões entre os pontos altos dos próprios arquipélagos.”¹⁴ (Abu-Lughod, 1989, pp. 13-14, tradução e grifo nosso).

¹⁴ “(…) from the monetized trading centers, already profiting from foreign exchange and already beginning to shape production in their hinterlands for export, to outpockets in the most depressed mountain ridges and valleys, untouched by the changes taking place. It is because of this that I have chosen to focus on cities rather than countries, since I want to trace the connections among the highpoints of the archipelagos themselves.”

Manifestam-se ao longo dos cem anos que circunscrevem o seu estudo, uma série de fatores que distinguem Europa e Oriente, sem que se afirme qualquer tipo de excepcionalidade da primeira em relação à segunda que justifique a inversão da centralidade no século XVI, quando os europeus passaram a se destacar na economia mundial. Destacam-se dois fatores inicialmente. O primeiro fator é a constante fragmentação das rotas comerciais terrestres unificadas por Genghis Khan que foram distribuídas a seus sucessores na metade do XIII, acarretando em fins do mesmo século na deflagração de embates constantes entre essas facções sucessoras, fraturas sociais que externaram a instabilidade das rotas comerciais orientais (Abu-Lughod, 1989, p. 18).

Um segundo ponto é a devastação provocada pela Peste Negra em meados do século XIV. A peste grassava pelo mundo principalmente pelos contatos de rotas comerciais – tanto marítimas quanto terrestres –, o que abalou as estruturas dos centros de troca mais estabelecidos como do Mediterrâneo e Ásia Central. É nesse sentido que a periférica Inglaterra, pouco acometida pela doença, passa a desempenhar nos séculos seguintes um papel central no comércio de longa distância em detrimento da península italiana e do Médio Oriente que foram altamente afetados (Abu-Lughod, 1989, p. 19).

Os desdobramentos do processo histórico examinado por Abu-Lughod revelam como são multifacetadas as explicações que evidenciam a transformação desses sistemas-mundo, convergindo para o destaque ocidental no século XVI (Abu-Lughod, 1989, pp. 352-372). Nesse sentido, a obra supracitada de Abu-Lughod explicita uma Idade Média Global – ainda que não utilize tal conceito – configurada pela “mudança dinâmica e experimento quando nenhuma parte do mundo havia alcançado um status de hegemonia.”¹⁵ (Holmes; Standen, 2018, p.2, tradução nossa).

Tratar das cidades como centrais na articulação das dinâmicas sociais dos processos medievais não é algo restrito à visão de Abu-Lughod. Robert I. Moore argumenta que embora os pesquisadores atualmente não trabalhem mais com uma noção unitária de Idade Média

¹⁵ “ [...] dynamic change and experiment when [no single part of the world achieved hegemonic status.”

entre 500 e 1500, as divisões do período medieval e suas particularidades impõem uma reflexão sobre se a própria cronologia pode contribuir para os estudos globais que vêm se desenvolvendo nos últimos anos (Moore, 2016, p. 85). Nesse sentido, o autor segue a linha de que a cidade é entendida “como uma comunidade que não se sustenta”¹⁶, dependendo assim que os residentes estabeleçam relações movidas pela força bruta ou convencimento que garanta como “obter de outros o que seus habitantes não podem, ou não querem, produzir por si mesmos.”¹⁷ (Moore, 2016, p. 86, traduções nossa).

O cerne da argumentação de Moore reside nas redes de troca que sustentam as cidades, evidenciando o constante crescimento destas e revelando seu pico entre os séculos IX e XIII. A expansão das cidades por vastas regiões do globo manifestou a intensificação das conexões que inclina à maior complexificação social das sociedades. Portanto, Moore sugere que ao invés de Idade Média Global – termo que se refere fundamentalmente aos assuntos eurásianos – usemos o termo de Era da Intensificação Global, ressaltando assim as interações mundiais interculturais que extrapolam a mera ação individual¹⁸ (Moore, 2016, pp. 85; 91-92).

Tendo em vista a problemática exposta até aqui, sobre o desenvolvimento da História Global e de sua aplicação ao período medieval, partiremos a seguir para o tema central deste artigo, visando o estabelecimento de uma Era Viking Global a partir de uma perspectiva integrada das incursões vikings.

O ocidente em perspectiva: as incursões nos séculos VIII e IX

Delineadas as principais configurações teórico-metodológicas bem como a trajetória de desenvolvimento da História Global, almejamos nas próximas linhas considerar as atividades vikings iniciadas no século VIII. Nesse sentido, nosso foco não é tratar de fontes primárias

¹⁶ “as a community that does not support itself.”

¹⁷ “procuring from others what its inhabitants cannot, or will not, produce themselves.”

¹⁸ O autor se baseia nas observações feitas em BENTLEY, Jerry H. Periodization in World History. *American Historical Review*, Volume 101, Issue 3, 1996, pp. 749-70, onde fenômenos como a migração em massa ou o comércio de grande distância definiriam a periodização histórica.

específicas, mas sim de repensar alguns pontos traçados na historiografia desse fenômeno histórico com o objetivo de definir as incursões como um sistema.

Publicado em 2015, *The Viking Diaspora*, de Judith Jesch, representa uma das obras mais completas sobre a dita expansão viking. A autora se debruça sobre o período de 750 a 1100, investigando o processo de migração escandinava acarretado a partir do século VIII. Neste sentido, o objetivo de Jesch só pode alcançar êxito se a visão geográfica do fenômeno for ampliada e as evidências dos múltiplos lugares que os escandinavos chegaram forem levadas em consideração (Jesch, 2015, p. 55).

O conceito de diáspora empregado por Jesch corresponde à expressão do sentimento de conectividade daqueles que participaram da migração com seus locais de origem, servindo para investigar o processo em si e seus resultados avaliando como os migrantes refletiram sobre aquela situação, almejando a revelação de “padrões notáveis de continuidade”¹⁹ (Hodder and Hutson 2003, p. 140 apud Jesch, 2015, p. 55, tradução nossa). Para conquistar seu objetivo, a autora considera um vasto conjunto de fontes arqueológicas, linguísticas e literárias. Estas últimas constituem um dos pilares do que a autora denomina de “*long Viking Age*”. Posto o fato de que as fontes literárias tardias escritas entre os séculos XIII-XIV, como as *Íslendingasögur* e *Fornaldarsögur*, comportam em suas narrativas temáticas que remontam ao passado da Era Viking, fica evidente a permanência da profunda conexão mantida apesar da diáspora iniciada séculos antes (Jesch, 2015, pp. 63-64). Com um foco muito mais direcionado para as manifestações culturais e identitárias externadas pela diáspora viking, o método diaspórico da obra corresponde à anulação

“[d]a tendência à variedade e à diferença, selecionando e enfatizando certas características culturais e, assim, criando continuidade no tempo e no espaço, e descobrindo ou mesmo fabricando outros aspectos da continuidade.”²⁰ (Jesch, 2015, p.56, tradução nossa).

¹⁹ “remarkable patterns of continuity [...]”

²⁰ “the tendency to variety and difference by selecting and emphasising certain cultural features and thereby creating continuity across time and space, and by discovering or even manufacturing other aspects of continuity.”

Embora não negue a importância das razias vikings, Jesch praticamente não dá atenção para esses movimentos pois a globalidade seria perceptível no “mundo transnacional interconectado de origem escandinava”²¹ que as atividades militares e de comércio apenas deram início (Jesch, 2015, p. 163, tradução nossa). Contudo, é importante destacar que muitos dos movimentos migratórios escandinavos que Jesch analisa só foram possíveis graças às atividades de pilhagem iniciadas no século VIII pelos bandos de guerreiros independentes, ou sob a liderança direta de algum nobre de maior prestígio – como os *jarlar* – nos séculos seguintes²². Nas palavras de Gareth Williams: “Outras conquistas ‘Viking’ podem ser mais impressionantes e certamente mais positivas, mas muitas delas se baseiam em parte em seu sucesso militar e, sem as razias e guerra Viking, não teríamos ‘Viking’.”²³ (Williams, 2008, p. 199, tradução nossa).

Há tempos que os grupos de escandinavos que se lançaram ao mar em atividades de pilhagem a partir do século VIII não são apresentados nos trabalhos históricos como a personificação do caos estampada em hordas de seres bárbaros rumo ao Ocidente civilizado. Embora os cronistas de época – fundamentalmente homens da Igreja – os definam assim, o discurso é fruto muito mais de uma incompreensão do fenômeno e de um preconceito para com os povos de origem germânica que remonta às tradições romanas.

Compreender esses ataques requer, antes de tudo, definir o que entendemos por *viking*. A diversidade de significados para o termo viking é enorme e a origem da palavra é tão múltipla quanto. Argumenta-se que possui raízes no Nórdico Antigo *vík* (baía), ou ainda em *Vík* (ou Viken), na região do Fiorde de Oslo. Outra forma seria um desenvolvimento paralelo de verbos germânicos significando *partir*, ou ainda na língua Nórdica Antiga *víkja*, fazendo referência à técnica de remar em turnos nas embarcações. Outrossim, o termo teria origem na

²¹ “interconnected transnational world of Scandinavian origin [...]”

²² A composição das tropas escandinavas não é algo muito claro de se definir, mas sabe-se da presença de homens sem qualquer vinculação com dinastias reais, enquanto outros eram membros de casas reais exilados, como Harald da Dinamarca.

²³ “Other ‘Viking’ achievements may be more impressive, and certainly more positive, but many of these rest in part on their military success, and without Viking raiding and warfare, we would have no ‘Vikings’.”

palavra anglo-saxã *wicing* como referência aqueles que visitaram o *wic*, um local de comércio. (Jesch, 2015, pp. 4-5; Langer, 2017, p. 706; Richards, 2005, p.4 apud Ayoub, 2012, p.2)

Judith Jesch adverte que embora a etimologia auxilie na compreensão do termo ela não pode ser encarada como definição do mesmo, já que seu uso dispõe de significados diversos no que se refere ao contexto espaço-temporal. (Jesch, 2015, p. 5) De nossa parte, utilizamos o conceito de Viking como referência às “pessoas de origem escandinava que foram atuantes no comércio e colonização, bem como na pirataria e pilhagem, dentro e fora da Escandinávia em um período histórico específico”²⁴ (Jesch, 2015, p.7). Contudo, vale ressaltar que consideramos também que as atividades guerreiras se realçam frente às demais atividades mencionadas na definição, o que buscaremos elucidar conforme estabelecemos os parâmetros que definem a relação entre as incursões vikings e a globalidade.

Tradicionalmente o início da Era Viking é situado a partir do ataque em 793 ao mosteiro de Lindisfarne, na costa da Nortúmbria. Desde então, uma série de ataques passaram a ocorrer pelos mais diversos lugares do mundo, causando um temor de caráter apocalíptico (ao menos em relação aos eclesiásticos) refletido nas crônicas medievais. A datação deste período, contudo, revela uma preferência da historiografia ocidental por essa incursão que não contempla as demais localidades afetadas, resumindo a amplitude do fenômeno das incursões vikings. Quando ampliamos nossa escala de análise torna-se possível acessar contextos outros que complementam aquele em que o famoso evento de 793 estava inserido.

A atividade comercial escandinava é atestada desde o Período Vendel (V-VIII). Certamente um dos principais expoentes dessa atividade durante o período é a ilha de Gotland, na Suécia, que possui uma vasta quantidade de moedas oriundas de regiões longínquas como do Império Bizantino, da Frísia e do mundo árabe. (Oliveira, 2017, p. 318). Mas é no século VIII com a fundação de importantes cidades comerciais nórdicas como Birka (atual Suécia), Ribe (atual Dinamarca) e Staraja Ladoga (atual Rússia) que o comércio de longa

²⁴ “ [...] peoples of Scandinavian origin who were active in trading and settlement as well as piracy and raiding, both within and outwith Scandinavia in a particular historical period [...]”

distância foi impulsionado. O estabelecimento de tais cidades proporcionou a ampliação dos contatos escandinavos com áreas mais afastadas, integrando-os por meio do comércio. As relações comerciais eram mantidas com cidades tanto do continente quanto do arquipélago Britânico. De acordo com Sawyer, o crescimento do comércio nestas localidades já era visível em fins do século VII, resultando no desenvolvimento de cidades comerciais como Dorestad, na Frísia, e York, no reino da Nortúmbria (Alves, 2017, pp. 177-178; Bolin, 1953, p. 28; Price, 1989, p. 87; Sawyer, 2008, p. 107).

Uma observação simplista dos contatos comerciais sinalizaria somente para a intensificação das trocas de mercadorias. Isso evidencia-se através de registros arqueológicos na cidade de Ribe com a presença de cerâmicas francas e de outros produtos provenientes do Oriente Médio, ou ainda dos achados de armas e moedas de origem romana datadas da Antiguidade Clássica na ilha de Gotland²⁵ (Feveile, 2008, p. 127; Grane, 2007, pp. 164-166; Oliveira, 2017, p. 318). Ou seja, resumir-se-ia o contato comercial à compra, venda e troca de mercadorias. Contudo, é importante destacar que essas atividades comerciais forneceram aos escandinavos conhecimentos das disputas internas nos locais de origem dos mercadores estrangeiros, assim como explicitaram aos povos do Norte que o uso de velas nas embarcações acelerava e agilizava a mobilidade das atividades nos mares e rios²⁶ (Sawyer, 2008, p.107). Com as informações reunidas, os primeiros ataques se iniciaram antes mesmo de 793.

Em 789 um grupo de guerreiros provenientes de Hörthaland, na Noruega, se dirigiu à costa sul da Inglaterra. Ao desembarcarem, um funcionário régio confundiu os navegantes recém chegados com comerciantes e acabou sendo morto (Crónica de Laud; Garmonsway 1953, p. 55 apud Pires, 2012, p. 7). Esse registro nos traz informações importantes sobre o contexto envolvendo o lado oriental das ilhas britânicas e a Escandinávia. Alguns aspectos podem ser traçados com o relato. A entrada de mercadores estrangeiros parece ser algo recorrente e que não acarretava dificuldades. Da mesma maneira há um conhecimento prévio

²⁵ Ainda que não se saiba de forma precisa se os artefatos de origem romana chegaram à ilha a partir da atividade mercantil ou de saques esporádicos, a possibilidade de trocas de mercadorias ainda é possível de se sustentar como uma das possibilidades para a obtenção.

²⁶ Até então as embarcações nórdicas eram movidas por remos.

acerca dos escandinavos pelos reinos anglo-saxões através do trânsito comercial, verificado pela confusão do funcionário régio. Inclusive a própria vestimenta e os equipamentos dos vikings parecem não ter causado espanto algum, demonstrando que não eram, portanto, distintos daqueles que vinham a comércio. Em uma palavra, mercadores e vikings eram, muitas das vezes, os mesmos homens.

Assim como nas ilhas britânicas os ataques no território imperial franco – iniciados com a investida ao mosteiro de St. Philibert, em Noirmoutier, no ano de 799 – devem muito também ao precedente contato comercial. Após a virada do século VII para o VIII a região da Frísia se destacou em relação as demais zonas comerciais, principalmente pelo desenvolvimento das atividades em Dorestad. Não é por acaso que entre 800 e 850 ao menos 5 razias foram efetuadas em Dorestad das 10 lançadas sobre a Frísia, resultando no reconhecimento do imperador carolíngio Luís, o Piedoso, em 826, do primeiro “estabelecimento escandinavo fundado na Frísia, junto à foz do Weser; e outro, na Frísia também, junto a Dorestad, foi reconhecido pelo seu sucessor [Lotário] em 841.” (Bernardo, 1997, p. 98; D’Haenens, 1997, pp. 11-12).

João Bernardo no segundo dos três volumes de sua grande obra *Poder e Dinheiro: Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V-XV*, analisa em um dos capítulos as incursões²⁷ levadas a cabo nas ilhas britânicas e no lado ocidental da Europa no século IX sobre o prisma da crise do regime senhorial. As disputas internas a que Sawyer se refere são vistas por João Bernardo como expressões das múltiplas fraturas internas do poder senhorial em que francos e anglo-saxões estavam sujeitos, mas que após a penetração dos bandos vikings tiveram resultados distintos. Se por um lado as incursões no território carolíngio expuseram a crise interna da dinastia ressaltando a independência de aristocratas em relação ao imperador/rei franco, nas ilhas britânicas o efeito foi o oposto, conduzindo um processo de afirmação do poder régio que culminaria na unificação dos anglo-saxões sob a autoridade do reino de Wessex na primeira metade do século X (Bernardo, 1997, pp. 84-85).

²⁷ Não somente as incursões vikings são tratadas por João Bernardo, mas também as de muçulmanos e magiares no mesmo período.

Essa divergência de efeitos das invasões é justificada pelo autor como fruto das relações do rei com o campesinato independente. Contrastando a condição do campesinato entre os territórios dos reinos anglo-saxões e do império franco, Bernardo constata o elevado grau de independência em termos quantitativos para os primeiros em relação ao segundo. Nesse sentido, a progressiva sujeição do campesinato independente ao poder senhorial de aristocratas no mundo franco abriu frentes possíveis para que estes contestassem a autoridade régia, diferentemente do cenário anglo-saxão, onde a grande quantidade de camponeses independentes garantia nos reinos a diferenciação régia frente aos demais senhores (Bernardo, 1997, pp. 85; 101). Nas palavras de João Bernardo: “Se a especificidade do poder dos reis provinha, neste período, de chefiarem também o campesinato independente, então o desenvolvimento do regime senhorial implicava a redução desta especificidade.” (Bernardo, 1995, p. 295).

A crise instaurada no século IX assinalada por João Bernardo evoca ainda que os conflitos internos das sociedades anglo-saxã e franca contribuíram para o êxito dos ataques vikings, ainda que em cenários distintos, como vimos. A autonomia progressiva da aristocracia franca em face da esfera de atração régia, bem como suas disputas internas, fez com que as facções aristocráticas sistematicamente se favorecessem da potência invasora como mercenários. Desse modo, os vikings passaram a serem vistos como uma força externa capaz de desestabilizar a balança de forças aristocráticas em disputa. Nas incursões verificadas ao longo do século IX, somente os nobres mais próximos da figura régia estavam “dispostos a ajudá-lo em sua campanha antiviking. Os outros, impacientes por se libertarem da autoridade central, se desinteressaram por suas dificuldades, e até as exploraram para firmar suas situações pessoais.” (Bernardo, 1997, pp. 97-98; D’Haenens, 1997, p. 58).

Nos reinos anglo-saxões a situação foi um pouco diferente. A quantidade de camponeses independentes garantia aos reis uma capacidade de mobilização dos exércitos muito maior que do rei franco. Contudo, a visão dos vikings como aliados²⁸ também é

²⁸ João Bernardo se refere principalmente à Ânglia Oriental com relação ao que hoje é a Inglaterra, que visava combater a supremacia de Mércia naquele momento. Entretanto, é possível que outras regiões

perceptível, mas ao invés de comporem as linhas dos exércitos anglo-saxões, como ocorreu no continente, os escandinavos representaram muito mais um elemento extra com que os reinos em disputa pela hegemonia na ilha tinham de lidar. Além disso, a partir da segunda metade do século IX, conforme os vikings foram sendo reconhecidos nas muitas regiões em que se estabeleceram, não cabe mais considerá-los como externos à querela insular, mas sim como mais uma peça a se movimentar no “xadrez de soberanias da ilha.” (Bernardo, 1997, pp. 101-102). Percebe-se que, ao menos nos contextos das ilhas britânicas e do império carolíngio, a preocupação dos atingidos estava muito mais ligada às fraturas políticas internas do que propriamente às forças vikings (Williams, 2008, p. 195).

Evidentemente que os objetivos das primeiras incursões vikings não estavam centrados na fixação territorial nos locais atacados – dado que a operação se baseava na mobilidade para pilhar e rapidamente retornar ao seu lugar de origem. Nesse sentido, aprofundar a análise dos desdobramentos que levaram ao estabelecimento dos vikings nas ilhas britânicas ou mesmo no continente, como na Normandia, demandaria uma série de outras ponderações que não desenvolveremos aqui.

Para que os ataques fossem bem sucedidos era necessário um estudo prévio dos locais considerados como alvos que, como propomos, decorria fundamentalmente das relações comerciais estabelecidas nas regiões havia muito. Isso revela que dificilmente os vikings entravam em batalhas sem um considerável conhecimento prévio das suas condições. Dessa forma, visando o ataque rápido em alvos pouco guarnecidos por tropas inimigas e com elevada concentração de riquezas móveis – como igrejas e centros comerciais – a mobilidade é o que define o modo de pilhar viking. Apoiados por seus barcos que iam muito além do mero uso para navegação²⁹ ou da utilização dos cavalos apropriados em razias anteriores, a agilidade garantia que os grupos tivessem condições de muito rapidamente acessar suprimentos ou bater em retirada (D’Haenens, 1997, pp. 26-32; Williams, 2008, p. 197).

tivessem uma visão semelhante dos escandinavos. Há, por exemplo, referência de uma aliança entre daneses e cónicos em 838 contra o rei Ecgberht de Wessex. (Price, 1989, p. 90)

²⁹ As embarcações por serem leves eram trazidas também para terra firme, garantindo a possibilidade de fuga das tropas pelos rios caso qualquer tipo de imprevisto acontecesse durante uma campanha.

Angariar ouro e prata. Resumir à essa afirmativa a intenção dos homens que se lançaram ao mar em seus barcos rumo às ricas e convulsionadas terras das quais ouviam falar pode não contemplar a situação por inteiro. Isso se deve pelas sortidas formas que esses metais preciosos poderiam ser obtidos. Albert D’Haenens já menciona que o objetivo principal dos grupos vikings sem dúvida alguma era a obtenção de ouro e prata, mas além disso, qualquer outra fonte que fosse equivalente aos metais preciosos – como escravos ou o enfeudamento³⁰ de áreas próximas ao mar que mantivessem intensas atividades comerciais – também mobilizava o interesse dos expedicionários (D’Haenens, 1997, pp. 33-36).

Reduzir indivíduos à condição de escravos foi algo comum. Frequentemente vemos noruegueses retornando de expedições em reinos como a Nortúmbria com um alto número de escravizados (na maioria clérigos) em suas embarcações. As consequências dos ataques escandinavos ainda indicam que a perda de liberdade se manifestava de formas diversas, como, por exemplo, em decorrência de endividamentos para resgatar prisioneiros. É o caso de Amarelo Mestaliz, no atual norte de Portugal, que no início do século XI acabou por perder sua liberdade como forma de pagamento do empréstimo de 15 soldos de prata que adquiriu para liberar suas três filhas feitas cativas por um bando viking (Azevedo, 1973, pp. 91-93). Embora o saibamos por um relato específico de início do século XI, não seria absurdo imaginar que outros casos como esse possam ter ocorrido nas expedições anteriores.

Muitos dos cativos levados pelos vikings tiveram como destino final o mercado muçulmano no Oriente. Contudo, vale ressaltar que a comercialização dessa mão de obra ocorria também no Ocidente árabe. A partir da década de 840 os vikings de Dublin, na Irlanda, participaram de inúmeras atividades de pilhagem na região, que redundaram em escravos como principal parte do butim, afinal comercializados no Al-Andalus e na costa norte da África. Não espanta que os primeiros ataques vikings na Península Ibérica tenham ocorrido pouco tempo depois em 844, na região de Corunha e depois Lisboa e Sevilha. Mas, se nas demais regiões o comércio foi determinante para garantir conhecimento prévio para as ações,

³⁰ D’Haenens faz referência às porções de terra obtidas na Frísia em 852 e 880, além da Normandia décadas depois (D’Haenens, 1997, p. 34)

aqui não podemos dizer o mesmo, pois aqueles que invadiram a Península Ibérica em 844 muito provavelmente foram parte do grupo invasor em Toulouse no mesmo ano.

No entanto, a importância da relação comercial se mantém na medida que os invadidos não se mobilizaram rapidamente para deter as forças vikings. A reação tardia do exército Omíada em rechaçar as tropas invasoras, bem como a facilidade com que os vikings desembarcaram inicialmente nas regiões, pode significar que o precedente contato comercial era de intensidade considerável a ponto de não demandar qualquer averiguação mais cautelosa por parte das forças muçulmanas quando barcos nórdicos se aproximavam³¹ (Pires, 2012, p. 91; Price, 1989, p. 91; Sawyer, 2008, p. 111).

As incursões no Oriente entre os séculos VIII e IX e a manifestação da globalidade

Convém esmiuçarmos os propósitos iniciais das incursões vikings nos seus vários quadrantes, incluindo o lado oriental do globo, a fim de explicitar o caráter global do movimento. Para entender o fenômeno em sua totalidade necessita-se analisar o interesse viking no mercado oriental de escravos, direcionando inicialmente o olhar para as transformações no Califado oriental após a substituição da dinastia Omíada de Damasco para a Abássida em Bagdá. Em meados do século VIII as importantes vitórias militares dos cazares³² contra forças abássidas na região sul do Cáucaso se tornaram marcantes pelo progresso das relações entre os dois povos. As hostilidades de anos atrás não foram extintas, mas os contatos entre cazares e abássidas logo se intensificaram de forma positiva devido à dedicação destes últimos em aprimorar a economia e cultura do império. Nesse sentido, os anos anteriores marcados por constantes guerras – características do anseio belicista de conquista Omíada – logo foram substituídos pela formação de centros comerciais e cidades no norte do Cáucaso que rapidamente instigou o desenvolvimento comercial na região (Duczko, 2004, p. 62).

³¹ A título de exemplo, Fernando Branco Correia afirma que a mesquita do Alto da Vigia, em Sintra, através do seu *ribat* conseguiria, com certa facilidade, visualizar qualquer aproximação de embarcações na praia. CORREIA, Fernando Branco. Vikings no Ocidente do Al-Andalus. Alguns tópicos em redor do impacto da sua chegada na costa próxima do Tejo. *História* [São Paulo]. vol. 35, 2016.

³² Povo de origem turca.

Ainda que o comércio iniciasse seu florescimento, a abundância de riqueza do Califado Abássida também significou variações importantes no valor de compra das moedas de prata. Sture Bolin em seu clássico estudo sobre as relações comerciais no período Alto Medieval sinaliza que as terras à leste do Califado proporcionaram riquezas ao império muçulmano que nunca fora visto antes (Bolin, 1953, p. 8). A produção de prata nas minas da região Transoxiana³³ alcançou cifras impressionantes – apesar do provável exagero dos escritos árabes – em fins do oitavo século. Essa superprodução, em contrapartida, causou variações nos valores dos dirrãs (moedas de prata) e dinares (moedas de ouro) que, devido ao corrente sistema imperial bimetálico, forçavam os árabes a proceder de três formas para equilibrar o valor monetário: “diminuindo o peso das moedas de ouro; aumentando o peso das moedas de prata; ou alterando a relação entre as duas moedas, contando mais moedas de prata para uma moeda de ouro.”³⁴ (Bolin, 1953, p. 17, tradução nossa).

Bolin percebe que no mesmo período de tempo que as moedas árabes de prata têm variação de valor intrínseco (elevando-se ou reduzindo-se o seu peso), o mesmo ocorre no território franco. As semelhanças, inclusive, não se restringem à economia, mas se inserem também no campo cultural. O padrão de inscrições cúficas que se reflete de forma semelhante nas moedas francas através da presença de inscrições em latim. Pode-se ainda mencionar outra similaridade entre as duas culturas, que diz respeito à menção nas moedas do local de origem onde foram cunhadas (Bolin, 1953, pp. 13-18). A relação entre os dois mundos se confirmava através de um comércio ativo que envolvia sobretudo rotas comerciais terrestres.³⁵

As proximidades culturais e de valor monetário entre francos e árabes estava relacionada com o desenvolvimento econômico do Califado Abássida. Com a prosperidade de centros mercantis no norte do Cáucaso a demanda por peles e escravos subiu rapidamente, ampliando a importação dessas mercadorias principalmente da Escandinávia e Leste europeu.

³³ Atual Uzbequistão, Tadjiquistão e sudoeste do Cazaquistão.

³⁴ “by decreasing the weight of gold coins; by increasing the weight of silver coins; or by changing the relation between the two coins, counting more silver coins to one gold coin.”

³⁵ Bolin reflete fundamentalmente sobre a clássica tese de Henri Pirenne sobre o fim do comércio de longa distância no século IX devido ao suposto fechamento do mar Mediterrâneo para o Ocidente.

Sendo possível obter a prata árabe em grandes quantidades com o fornecimento desses produtos, a atenção de francos, escandinavos e Rus'³⁶ logo foi atraída para o comércio com o Califado. Pelo fato de já serem grandes produtores de peles e utilizarem as vias fluviais do Leste para a obtenção de escravos na região, o comércio direto dos escandinavos e Rus' com os árabes se destacou rapidamente. Os francos, por sua vez, como não possuíam produção interna dessas mercadorias, acabavam dependentes de antigas rotas comerciais entre o Ocidente e Oriente para acessar os escravos e as peles da região, o que os atrasava em relação a seus concorrentes.³⁷ Portanto, uma alternativa que encontraram para ter acesso à prata árabe foi fornecer aos escandinavos produtos de alta qualidade que estes não possuíam ou produziam em pequena quantidade, como grãos e espadas (Bolin, 1953, pp. 25-29; Duczko, 2004, p. 63; Findlay; O'Rourke, 2007, p. 79; Pedersen, 2008, p. 208; Valk, 2008, pp. 485-488).

Saciar o desejo por peles e escravos dos árabes introduziu profundas alterações nas regiões do Leste europeu, principalmente na costa do Báltico. A presença na costa báltica de escandinavos, sobretudo da parte oriental da atual Suécia³⁸, era visível já no século VII, com contatos sobretudo de cunho comercial e com eventuais atividades de rapina. Mas com a possibilidade de obtenção em grandes quantidades da prata árabe a partir de meados do século IX, as razias passaram a ocorrer sistematicamente a ponto de romper a relação pacífica mantida até então, consequência direta dos novos grupos escandinavos que aportavam na região (Bolin, 1953, p. 29; Blöndal, 1978, p. 2; Duczko, 2004, p. 64; Valk, 2008, pp. 489-490).

Marika Mägi já chamara a atenção para a necessidade de se atentar às relações dos povos nativos no Leste de forma conjunta com os Rus' na região se quisermos entender por completo a situação no Oriente europeu (Mägi, 2018, pp. 17-18). Wladyslaw Duczko indica que possivelmente a cidade de Staraja Ladoga, no noroeste da atual Rússia, tenha servido como local em que grupos em disputa por recursos negociavam e acordavam formas de

³⁶ No decorrer do trabalho faremos referência como *Rus'* aos povos de origem escandinava que se encontravam assentados por volta dos séculos IX e X no norte da Ucrânia, noroeste e sudoeste da Rússia.

³⁷ Os francos exportavam esses escravos principalmente para Al-Andalus, uma alternativa encontrada no mercado que garantia a obtenção de prata muçulmana.

³⁸ Principalmente o povo Svear e os habitantes da ilha de Gotland.

resolver suas contendas. Entretanto, conforme o comércio caminhava a passos largos os ânimos também se acirravam e a manutenção da paz se transformou em ideal inatingível, como o incêndio de Staraja Ladoga em 860 testemunha (Duczko, 2008, p. 64).

Na costa báltica os vários fortes dos povos nativos próximos do rio Daugava desempenhavam um papel de controle das relações comerciais e de defesa militar da região no século VII e VIII, ainda que a primeira função aparente ter predominado. Conforme as hostilidades aumentavam no século IX é difícil pensar que a duplicidade de funções tenha permanecido. Em 857, por exemplo, há registro de cercos vikings à centros comerciais dos curônios nas atuais Letônia e Lituânia. Inúmeras pontas de flecha escandinavas também são encontradas no interior da Lituânia e Estônia. Entretanto, embora os ataques sejam constantes, Valk ressalta que a concentração de povos nativos no interior da Estônia se devia mais ao temor da ameaça viking do que pelo assentamento destes na costa báltica, que parece não ter se concretizado devido à falta de registros arqueológicos (Valk, 2008, pp. 492-493).

Apesar das nuances existentes, todos esses casos demonstram como que os vikings – quer partissem diretamente da Escandinávia ou dos assentamentos Rus’ – iniciaram as razias no Leste também em locais que já mantinham um contato anterior através do comércio, repetindo o *modus operandi* de grande parte dos ataques em áreas ocidentais. O ataque viking em Constantinopla em 860, por exemplo, ocorre cerca de 14 anos após um grupo de mercadores Rus’ visitar a cidade. Este contato mercantil é efeito da tentativa de estabelecer relações cordiais com os bizantinos em 838, quando uma comitiva Rus’ chegou em Constantinopla visando acordos de amizade e aliança³⁹ (Bolin, 1953, pp. 29-30; Franklin; Shepard, 1996, p. 51; Vasiliev, 1946, pp. 9-13).

³⁹ Em 839 o imperador bizantino Teófilo enviou uma carta ao imperador Luís, o Piedoso, através de uma comitiva diplomática bizantina composta por um membro do exército, o bispo metropolitano de Calcedônia e um grupo Rus’. Além de informar sobre algumas das vitórias imperiais contra os árabes, Teófilo solicitava a Luís, o Piedoso, que conduzisse em segurança pelo território franco o grupo de Rus’ que integrava a comitiva, já que o trajeto que haviam feito em 838 em direção à Constantinopla não era mais seguro. Vasiliev afirma que a insegurança do percurso provavelmente se devia à presença de Magiares na região. Além disso, o zelo pelo grupo Rus’ demonstrado no pedido de Teófilo indica que as tratativas de 838 surtiram resultados positivos inicialmente. (Vasiliev, 1946, p. 11)

Mas não é apenas o contato comercial prévio que se manifesta em concordância com o Ocidente. O emprego de forças mercenárias escandinavas no Leste foi recorrente. Sem dúvida alguma a Guarda Varangiana, criada em fins do século X por Basílio II para a proteção pessoal do imperador bizantino, é o exemplo mais famoso e evidente, porém encontramos referências aos varegues já no século IX e de outros grupos mercenários. Intensamente movimentadas, as rotas comerciais do Leste no século IX logo se transformaram em percursos perigosos para aqueles que se aventuravam munidos de ricas mercadorias e moedas, mas sem a devida proteção. Muitos chefes eslavos chegaram ao acordo com forças escandinavas para que fizessem a proteção de seus mercados e até mesmo auxiliassem em possíveis conflitos internos nos locais que governavam. A própria etimologia da palavra Varangiana⁴⁰ – termo comumente utilizado pelos bizantinos para se referirem aos Rus', escandinavos e quaisquer outros indivíduos provenientes do Norte – sugere que esses mercenários eram frequentemente mercadores bem armados que se auxiliavam nas viagens comerciais a fim de garantir a proteção do grupo (Blöndal, 1978, pp. 2-5). Uma vez mais, mercador e guerreiro estão conjugados no mesmo indivíduo.

Ahmed ibn Fadlan, em *Viagem ao Volga*, reforça essa perspectiva ao relatar detalhadamente diversos povos que manteve contato durante sua jornada a um reino eslavo. Durante o trajeto o diplomata muçulmano manteve contato com os Rus' próximo ao rio Volga, presenciando um "funeral viking". Ao chegar no território Rus', Ahmed Ibn Fadlan descreve-os fazendo importantes observações sobre seus equipamentos:

"Vi também os rus, que tinham vindo a comércio e acamparam à margem do rio Volga. (...) Cada um carrega consigo um machado, uma espada e uma faca, e nunca se separa dessas armas.

⁴⁰ A origem exata do termo não é fácil de rastrear, comportando uma infinidade de possibilidades que se conjugam na maioria das vezes em cima da noção de companheirismo mútuo com quem contrata os seus serviços. Blöndal apresenta detalhadamente a discussão: "There is now a general agreement that the derivation is from the O.N. word *vár*, pl. *várar*, 'confidence (in)', 'faith (in)', 'vow of fidelity', in Proto-Norse therefore* *vāringr*, then *vāringi*, *væringi*. Related words in other Germanic languages are O.E. *wærgenga*, Lombardic *waregang*, O.F. *wargengus*, all derived from a West Germanic prototype **wāreganga* (-u) and meaning 'a foreigner who has taken service with a new lord by a treaty of fealty to him', or 'protégé'." (Blöndal, 1979, p. 4)

Suas espadas são largas e sulcadas como as francas. Da ponta dos dedos até o pescoço, todos têm tatuagens verdes —árvores, figuras e outros desenhos.” (Ibn Fadlan, 2019, p.79).

A passagem acima traz o detalhe das semelhanças dos armamentos dos Rus’ com os usados pelos francos, fato também identificado entre os vikings daneses que assolaram mosteiros e centros comerciais nas fronteiras ao norte do Império Carolíngio, no século IX. Nota-se, assim, a amplitude do fluxo comercial através da circulação de espadas para o extremo Norte e Oriente que, como vimos, fora uma das principais mercadorias a ser comercializada pelos francos com os escandinavos (D’Haenens, 1997, p.26). Desse modo, fica claro que a noção de viking e mercador enquanto um mesmo indivíduo é presente não apenas no Ocidente, mas também no Oriente.

Considerações finais

As aproximações globais podem não configurar uma novidade por completo no campo historiográfico, mas é inegável que seus procedimentos nos ajudam a identificar questões nas sociedades pré-capitalistas que as análises restritas ao território dos Estados-nação atuais não identificam. Se por um lado as conexões não configuram uma particularidade da globalização moderna, não seria correto voltarmos os olhares para o mundo antigo e medieval almejando encontrar sua origem. O contexto global capitalista é completamente distinto do pré-capitalista em que os ataques vikings tem início.

Vimos até aqui que a historiografia tradicional sobre as incursões vikings comumente apresenta uma visão restrita do processo, indicando o ataque ao mosteiro de Lindisfarne em fins do século VIII, como marco do súbito início da Era Viking. O ataque, no entanto, não fora o primeiro a ocorrer, visto que no Leste, ainda que esporádicas, ocorriam rapinas no século VIII. Nem resultou do espontaneísmo, mas sim fruto do desenvolvimento evidente das atividades comerciais de centros como Ribe e Birka já no decorrer das primeiras décadas daquele mesmo século. Ao favorecerem o contato direto de homens e mulheres do extremo Norte em contato direto com as mais remotas regiões do globo, as relações com os mercadores estrangeiros moldaram o cenário que comportaria as expedições dos anos seguintes,

informando sobre as fragilidades internas das sociedades ocidentais e orientais a serem exploradas pelos vikings.

Ao mesmo tempo, a constituição no norte do Cáucaso de novos mercados que desejavam cada vez mais escravos e peles impulsionou o fluxo de prata árabe para as regiões da Escandinávia e do Leste Europeu. A possibilidade de enriquecimento rapidamente atraiu mais grupos de escandinavos para o Leste, intensificando os contatos já existentes desde o século VII com os povos nativos da costa do Mar Báltico. Contudo, a disputa por recursos acirrou os ânimos e levou a seguidas rapinas vikings, causando uma sensação de insegurança por séculos nas rotas comerciais terrestres e fluviais no interior da região. Assim como no Ocidente, frequentemente os vikings manifestaram um duplo caráter no Oriente, quando as condições de mercador e guerreiro se mesclavam nos mesmos agentes.

Se a atividade comercial pôs os escandinavos em contato com o mundo, as incursões de pilhagem intensificaram o contato a ponto de promover uma integração a nível global com o extremo Norte até então nunca vista. A circulação de pessoas, moedas e mercadorias aumentou expressivamente. O uso frequente de mercenários vikings foi uma das medidas encontradas por muitas sociedades para desequilibrarem as disputas de forças expostas pelas múltiplas fraturas internas, inclusive as ocasionadas pelas próprias forças vikings, como verificável no Leste.

A sistematicidade das expedições vikings pelo mundo, principalmente no século IX em diante, externam muitas diferenças a nível de impacto entre as regiões atingidas. Contudo, parece inegável que a ampliação da escala analítica, extrapolando as circunscrições do Estado-nação ou mesmo de pequenas regiões, revela a manifestação de condições estruturais comuns. A configuração da Era Viking Global, portanto, se manifesta ao nosso ver pela percepção das incursões vikings como expressão de um movimento global que envolveu a circulação e apropriação de bens materiais, um sistema fundamentalmente ancorado nas percepções escandinavas das fraquezas das múltiplas regiões através das transações comerciais, integrando globalmente os escandinavos em diversos níveis.

Evidentemente que não buscamos aqui abarcar todas as relações e desdobramentos de um fenômeno espaço-temporal tão complexo como o das investidas vikings, mas sim demonstrarmos que as ações dos grupos escandinavos apresentam estruturas comuns nas mais variadas regiões em que estiveram presentes, apesar das peculiaridades de cada caso. Dispomos de registro de incursões escandinavas na Frísia já no século VI, mas esse tipo de ocorrência não foi sistemático (Bernardo, 1997, p. 95). A pilhagem, assim, não é algo incomum nas sociedades pré-capitalistas, mas a sistematicidade e o *modus operandi* configurado pelo conhecimento metucioso das regiões alvos e da mobilidade, tanto dos guerreiros nas campanhas quanto da adaptação às distintas realidades sociais, configuraram a pilhagem viking. Essas atividades, embora não esgotem o período, constituíram a espinha dorsal da Era Viking Global.

Referências Bibliográficas:

Fontes Primárias:

IBN FADLAN, Aḥmad. *Viagem ao Volga*. Tradução e apresentação: Pedro Martins Criado. 2ª edição, São Paulo: Carambaia, 2019.

AZEVEDO, Rui Pinto de. *A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16*. In: *Revista Portuguesa de História*, Tomo XIV, Coimbra: Atlântida Editora, pp. 73-93, 1973.

Fontes secundárias:

ABU-LUGHOD, Janet L. *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*. New York: Oxford University Press, 1989.

ALVES, Victor Hugo Sampaio. Dinamarca da Era Viking. In: LANGER, Johnni (Org). *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*. São Paulo: Hedra, 2017, pp. 173-179.

- AYOUB, Munir Lutfe. *Repensando o conceito de período Viking*. Anais do XXI Encontro Estadual de História, ANPUH, 2012, pp. 01-14.
- BERNARDO, João. *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V-XV*. Volumes 1, 2, Porto: Afrontamento, 1995; 1997.
- BLÖNDAL, Sigfús. *The Varangians of Byzantium*. Trad. Benedikt S. Benedikt. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- BOLIN, Sture. *Mohammed, Charlemagne and Ruric*. Scandinavian Economic History Review, 1953, pp. 5-39.
- CONRAD, Sebastian. *O que é História Global?* Porto: Edições 70, 2019.
- DE VRIES, Jans. *Playing with Scales: The Global and the Micro, the Macro and the Nano*. Past & Present, Volume 242, Issue Supplement, 2019, pp. 23-36.
- D'HAENENS, Albert. *As Invasões Normandas: Uma Catástrofe?* São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
- DUCZKO, Wladyslaw. *Viking Rus: Studies on the Presence of Scandinavians in Eastern Europe*. (The Northern World: North Europe and the Baltic c. 400-1700 AD: Peoples, Economies and Cultures, V. 12) Leiden and Boston: Brill, 2004.
- ESCALONA, Julio. *The Early Middle Ages: A Scale-Based Approach*. In: ESCALONA, Julio; REYNOLDS, Andrew (eds). *Scale and Scale Change in the Early Middle Ages: Exploring Landscape, Local Society, and the World Beyond*. Belgium: Brepols, 2011.
- FEVEILE, Claus. Ribe. In: BRINK, Stefan; PRICE, Neil (eds). *The Viking World*. New York. Routledge, 2008, pp. 126-130.
- FRANKLIN, Simon; SHEPARD, Jonathan. *The Emergence of Rus 750-1200*. Essex: Longman, 1996.

FRANKOPAN, Peter. *Why We Need to Think About the Global Middle Ages*. Journal of Medieval Worlds. 2019. Disponível em: <https://online.ucpress.edu/jmw/article/1/1/5/51028/Why-We-Need-to-Think-About-the-Global-Middle-Ages?searchresult=1>

FINDLAY, Ronald; O'ROURKE, Kevin H. *Power and Plenty: Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2007.

GRANE, Thomas. *The Roman Empire an Southern Scandinavia – A Northern Connection*. Det Humanistiske Fakultet, Københavns Universitet, 2007.

HOLMES, Catherine; STANDEN, Naomi. *Introduction: Towards a Global Middle Ages*. Past & Present, Volume 238, Issue supplement, 2018.

JESCH, Judith. *The Viking Diaspora*. London and New York: Routledge, 2015.

LANGER, Johnni. Viking. In: LANGER, Johnni (Org). *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*. São Paulo: Hedra, 2017, pp. 706-718.

MÄGI, Marika. *In Austroegr: The Role of the Eastern Baltic in Viking Age Communication across the Baltic Sea*. (The Northern World: North Europe and the Baltic c. 400–1700 AD: Peoples, Economies and Cultures, V. 84) Leiden and Boston: Brill, 2018.

MAZLICH, Bruce. *The New Global History*. New York and London: Routledge, 2006.

MOORE, Robert I. *A Global Middle Ages?* In: BELICH, James; DARWIN, John; FRENZ, Margret; WHICKHAM, Chris (eds). *The Prospect of Global History*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

OLIVEIRA, Leandro Vilar. Gotland. In: LANGER, Johnni (Org). *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*. São Paulo: Hedra, 2017, pp. 317-319.

PEDERSEN, Anne. *Viking Weaponry*. In: BRINK, Stefan; PRICE, Neil (eds). *The Viking World*. New York. Routledge, 2008, pp. 204-211.

- PIRES, Hélio. *Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147): Fontes, História e Vestígios*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/7873>
- PRICE, Neil. *The Vikings in Brittany*. (Viking Society for Northern Research) London: University College London, 1989.
- SANTOS PÉREZ, J. Manuel. *Histórias Conectadas: ensaios sobre História Global, comparada e colonial na Idade Moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica)*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2016.
- SAWYER, Peter. *The Viking Expansion*. In HELLE, Knut. *The Cambridge history of Scandinavia*. Vol. 1, Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- SILVEIRA, Aline Dias da. *História Global da Idade Média: Estudos e propostas epistemológicas*. Roda da Fortuna, v. 8, 2019, p. 210-236.
- STEARNS, Peter N. *World History: The Basics*. London and New York: Routledge, 2011.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia*. *Modern Asian Studies*, Vol. 31, No. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800. 1997, pp. 735-762.
- VALK, Heiki. *The Vikings and the Eastern Baltic*. In: BRINK, Stefan; PRICE, Neil (eds). *The Viking World*. New York. Routledge, 2008, pp. 485-495.
- VASILIEV, Alexander A. *The Russian Attack on Constantinople in 860*. Cambridge, Massachusetts: The Medieval Academy of America, 1946.
- WILLIAMS, Gareth. *Raiding and Warfare*. In: BRINK, Stefan; PRICE, Neil (eds). *The Viking World*. New York. Routledge, 2008, pp. 193-203.